

O CONSENSO DE WASHINGTON NO BRASIL – ESTABILIZAÇÃO CONSERVADORA E ESTAGNAÇÃO

THE WASHINGTON CONSENSUS IN BRAZIL – CONSERVATIVE STABILIZATION AND STAGNATION

Vinicius Rezende Carretoni Vaz¹

Edgard Monforte Merlo²

RESUMO: Desde a década de 1970, diversos países da América Latina passam a aderir as políticas econômicas oriundas do pensamento neoliberal, inicialmente o Chile, com um maior grau de “experimentação” e em meio a uma ditadura. Posteriormente, principalmente após a produção do documento intitulado “Consenso de Washington” esse pensamento econômico passa a imperar na região. O Brasil, diferente do Chile, foi um dos últimos países praticar políticas embasadas nesse pensamento e justamente após o processo de democratização, o que nos leva a questão de quais os impactos do consenso de Washington no Brasil. Dentre as hipóteses, temos a estabilização de índices macroeconômicos específicos e maior abertura econômica. O presente artigo tem como objetivo detalhar os reflexos da adesão ao neoliberalismo na política econômica e os impactos destas políticas na estrutura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Consenso de Washington; Macroeconomia; Estagnação Econômica.

ABSTRACT: Since the 1970s, several Latin American countries have started to adhere to economic policies stemming from neoliberal thinking, starting in Chile, with a greater degree of “experimentation” and in the midst of a dictatorship. Subsequently, mainly after the production of the document entitled “Washington Consensus”, this economic thought passes through an emperor in the region. Brazil, unlike Chile, was one of the last countries to practice policies based on this thought and only after the democratization process, which leads us to a question of what are the consequences of the Washington consensus in Brazil. Among the hypotheses, we have the stabilization of specific macroeconomic indices and greater economic openness. This article aims to detail the reflexes of adherence to neoliberalism in economic policy and affect these Brazilian policies.

KEY WORDS: Neoliberalism; Washington Consensus; Macroeconomics; Economic Stagnation

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando vinculado a Universidade de São Paulo (USP) no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM). Fragmentos deste artigo estão presentes na Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. <http://orcid.org/0000-0001-8036-4768>

² Professor vinculado a Universidade de São Paulo (USP) na Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto e como Docente no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM). <https://orcid.org/0000-0002-3534-5215>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13.n1.p37-58>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

É comum na história econômica brasileira, ao menos quando escrita por economistas ortodoxos, relacionarem o fim da inflação com as políticas de austeridade fiscal impostas pelo neoliberalismo. Segundo estes, a maior ameaça ao crescimento não era a estrutura desigual do Brasil, a exclusão de boa parte dos indivíduos ao mercado interno, ou a ausência de infraestrutura básica, mas sim os desequilíbrios macroeconômicos da economia brasileira, dentre eles a dívida pública e a alta inflação (LEÃO & VAZ, 2019). Não obstante, o Brasil apresentaria especificidades acerca da aplicação das políticas neoliberais, dentre elas, o fato dela não ter ocorrido como um “experimento autoritário” como vemos no Chile ou outros países que aplicaram as políticas liberalizantes durante os regimes ditatoriais. Ao analisar a experiência neoliberal o Brasil, é necessário frisar que ela ocorreu após a abertura democrática e o país foi um dos últimos países da região a aderir ao regime neoliberal, somente após a formulação do Consenso de Washington.

O artigo tem como objetivo analisar como se deu a adesão ao neoliberalismo para então compreender os possíveis impactos na estrutura produtiva. O presente trabalho está dividido em duas sessões, inicialmente, com o objetivo de explicar o que é o neoliberalismo, optamos por expor as idéias centrais do Consenso de Washington. Isto porque apesar de certos países já estarem adotando políticas liberalizantes, como o Chile, o Consenso de Washington foi o documento que centralizou a explicação do que é e como se aplicam as políticas neoliberais nos países periféricos, sendo o documento que consolidou o neoliberalismo na região e fundamentou a estratégia neoliberal no Brasil. Posteriormente, faremos uma análise da história econômica brasileira durante os regimes de 1990, dando prioridade a gestão de Fernando Henrique Cardoso, que apesar de não ser a primeira gestão neoliberal, foi nesta onde mais se executaram as políticas neoliberais. Por fim, buscamos na conclusão explicitar os resultados provenientes das políticas neoliberais na estrutura econômica do Brasil.

O CONSENSO DE WASHINGTON

O aumento das privatizações, abertura comercial e financeira e diminuição das políticas sociais, foram à tendência que seguiu a região durante o período ao qual sucederam diversas crises e uma estagnação quase generalizada. A busca pela industrialização fica no campo da história econômica, enquanto se transforma inclusive o regime de acumulação de capital, em que cada vez mais a esfera financeira passa a cumprir um papel central através das medidas do Consenso de Washington (HARVEY, 2011).

Apesar da palavra “consenso” ser relativamente distante da realidade do que ocorreu em Washington, é fato que diversas correntes do pensamento econômico e

monetário, passaram a ter relativo acordo acerca das saídas possíveis para as nações golpeadas pela crise, pelo endividamento e pela hiperinflação. Dentre eles a escola austríaca, os monetaristas, neoclássicos e da escola da escolha pública. Nas palavras de Bresser-Pereira (1991):

O consenso de Washington formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen). (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

Além das correntes de pensamento, a formação do Consenso de Washington tem por trás também um lado pragmático, sendo composto por vários economistas e técnicos de instituições internacionais, agências multilaterais, e da burocracia estatal, principalmente norte-americana, dentre elas o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o FED (Federal Reserve System, ou Sistema de Reserva Federal), os maiores bancos internacionais e os ministérios de finanças dos países que englobam o G7.

Na interpretação de Belluzzo (2007), o Consenso de Washington foi pensado como um “tratamento de choque” para as nações que apresentavam um excessivo endividamento. Os dez principais pontos, formulados pelo inglês John Williamson, em novembro de 1989, envolvem disciplina e reforma fiscal, redução e reorientação de gastos, flexibilização da taxa de juros, câmbio competitivo, liberalização e desregulamentação do comércio, privatizações, respeito aos direitos de propriedade e criação de um ambiente favorável para investimentos externos.

As reformas liberais já haviam iniciado na região antes mesmo do Consenso de Washington, com a influência da Escola de Chicago no governo Pinochet no Chile (1974), com Víctor Paz Estenssoro na Bolívia (1985); Carlos Salinas, no México (1988); Carlos Menem na Argentina (1989); na Venezuela, com Carlos Andrés Pérez (1989); A exceção é justamente no Brasil, com Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1990) e com Alberto Fujimori no Peru (1990). Porém, a partir do Consenso de Washington as mudanças para a hegemonia neoliberal vão se consolidando com maior profundidade.

A conjuntura de 1989, ano da formação do Consenso de Washington era extremamente favorável para os interesses políticos dos EUA, dentre os fatores, por conta do fim da aliança entre Cuba e a União Soviética, que ameaçava a segurança

nacional norte-americana; a derrota do sandinismo e a efetiva intervenção militar norte-americana no Panamá; e para além da agenda militar e de segurança, o alinhamento econômico das elites políticas e econômicas dos EUA com a América latina através de projetos de integração como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e desta fusão de interesses reside também o Consenso de Washington (OLIVA, 2006).

A narrativa do Consenso de Washington, na interpretação de Bresser-Pereira (1991) responsabiliza pela crise o excessivo crescimento do Estado e suas políticas de regulação, protecionismo, populismo e incapacidade de controle do déficit público:

De acordo com a abordagem de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

Belluzzo (2007) apresenta dois problemas na lógica do Consenso de Washington construído por Williamson, que é a diferença entre a aplicação destes componentes e o resultado esperado; e a inclusão de diversas medidas políticas que não foram pensadas por Williamson, mas que foram incluídas no pacote de medidas do Consenso na medida em que este apresenta um tom “genérico”.

Quando se fala em “disciplina fiscal”, por exemplo, passou-se a entender que é necessário acumular superavit fiscais, mesmo quando o país passa por uma crise social aguda; o reordenamento das prioridades do Estado ou redução de gastos foi entendido como corte de políticas essenciais para a população, como investimento em saúde, educação e eliminação de subsídios para alimentos básicos, energia e transporte.

A reforma fiscal acabou por diminuir os impostos para os mais ricos e as taxas de juros flexíveis, em geral significou a sua apreciação em longo prazo. A escassez de crédito prejudicou principalmente os médios e pequenos empresários e as privatizações auxiliaram na entrada mais competitiva das empresas transnacionais, que ao se utilizar também das facilidades para promover fusões e aquisições de empresas nacionais não necessariamente impactaram a taxa de desemprego. Belluzzo chega a afirmar que o próprio Williamson não recomendou diretamente boa parte destas medidas, dentre elas e talvez a que menos Williamson seria favorável é a “liberalização das contas de capital”, que levada às últimas conseqüências, privilegia a especulação financeira em detrimento de outras atividades econômicas, mas não seria só essa a discordância:

Quanto às políticas suplementares acopladas ao CW, o próprio Williamson desdobrou-se para deixar claro que sua versão não recomendava medidas monetaristas nem o término do papel do Estado na redistribuição e provisão de assistência social. Ainda assim, tais medidas monetaristas e minimamente estatais foram adotadas e aplicadas, em especial pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). As mais importantes delas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, são muito próximas do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As IFIs também deram grande ênfase aos mercados de mão-de-obra “flexível”, à plena participação nos acordos comerciais regulamentados pela Organização Mundial do Comércio e mesmo a regras mais rigorosas inseridas em muitos tratados comerciais regionais e bilaterais. Elas também clamam por bancos centrais independentes no modelo do Banco Central Europeu, isentos de qualquer espécie de supervisão política. (BELLUZZO, 2007, p. 26).

Gabriel de Palma, em “*Gansos Voadores e Patos Vulneráveis*” (2004), destacou as diferenças que permearam as políticas de superação da crise da década de 1990 na Ásia e na América Latina. Enquanto a Ásia passou a estudar atentamente as políticas que viriam possivelmente fortalecer sua estratégia de desenvolvimento, através da liberalização comercial e financeira, a América Latina optou pelo que o autor caracteriza como “neoliberalismo fundamentalista”, acarretando numa tendência de “jogar a toalha”, ou seja, abrir mão de uma estratégia de desenvolvimento liderada pelo Estado. Ao seguir a liberalização financeira e comercial era esperado que: (I) o crescimento viesse de forma praticamente automática junto ao investimento privado e o financiamento interno no setor produtivo pautado nas exportações; (II) o equilíbrio orçamentário e desregulamentação do mercado como condições suficientes para a estabilização macroeconômica e eficiência microeconômica; (III) maior uso da poupança privada para investimento produtivo, graças a nova estrutura tributária; (IV) maior poupança doméstica e reversão da fuga de capitais decorrente da alta na taxa de juros (DE PALMA, 2004).

O fluxo de investimentos externos ocorreu de fato, como mostra a análise do economista liberal Martin Wolf (2009), no entanto, não somente na América Latina, mas em todos os mercados emergentes, inclusive o asiático, que optou por uma abertura menos “súbita”:

O setor privado passou por períodos longos de otimismo sobre as economias de mercados emergentes, a que se seguiram surtos muito parecidos com pânico. Os fluxos privados líquidos agregados para as economias emergentes aumentaram de quase zero, em fins da década de 1980, para US\$324 bilhões, em 1996, antes de cair para US\$135 bilhões, em 1998, e para US\$112 bilhões, em 2002, e depois saltar para mais de US\$500 bilhões, em 2005 e 2006. Os fluxos privados líquidos para economias emergentes asiáticas subiram de US\$43 bilhões, em 1991, para US\$180 bilhões, em 1996, antes de declinar para – US\$0,2 bilhão, em 1998. Em seguida, começaram a subir novamente, para alcançar US\$ 166 bilhões, em 2004, e US\$254 bilhões, em 2006. (WOLF, 2009, p. 44).

O problema é que os fluxos privados, como o próprio economista afirma, são caracterizados por alta instabilidade e cientes disto, os mercados emergentes são forçados a gerar constantemente superávits fiscais primários, mesmo nos países que optaram por uma liberalização mais “responsável”, o resultado foi a instabilidade econômica e a sucessão de várias crises em nível internacional. De acordo com Belluzzo (2007) a América Latina e o Caribe sofreram mais de quarenta crises financeiras entre 1980 e 1998. Entre 1990 e 2001, mais de noventa países sofreram crises severas, que resultaram em desvalorização do câmbio em pelo menos 25% em um mês e com queda de no mínimo 10% maior que no mês precedente, conseqüentemente, o neoliberalismo surge como um fenômeno que acabou por corroer um terço das poupanças, poder aquisitivo e salários em somente dois meses de crise severa.

O aumento significativo de colapsos econômicos significa, na interpretação de Ocampo e Parra (2006) em “The Dual Divergence: Growth Successes and Collapses in the Developing World since 1980” um novo “ciclo de desenvolvimento global”, o fim da “era de ouro” da industrialização, os colapsos e sucessos econômicos que foram agrupados em um determinado período histórico eram influenciados diretamente pelo ritmo de desenvolvimento dos países centrais, e mais do que traços específicos, a globalização foi produtora de “tendências de agrupamento” que pouco dependem dos fatores domésticos:

It is unlikely that the domestic factors explored in the mainstream growth literature can explain such clustering; so, we have to rely on common external factors. The significant increase in the frequency of collapses and the much lower frequency of successes in the last quarter century (1980-2005) is the significant difference between the period of the “dual divergence” and the “golden age”. The clustering of successes and collapses implies that a global development cycle has dominated development trends. The *global development cycle* is partly determined by that of the industrial world countries. Thus, the end of the “golden age” in industrial countries also marked the end of the “golden age” of development. However, other determinants of this cycle are more specific, and have to do with the functioning of financial markets vis-à-vis developing countries (and, more particularly, emerging markets) and with the major structural downturn experienced by the terms of trade in the 1980s (OCAMPO & PARRA, 2006, p. 21)³.

³ Traduzido pelo autor: É improvável que os fatores domésticos explorados na literatura de crescimento convencional possam explicar esse agrupamento; então, temos que confiar em fatores externos comuns. O aumento significativo na frequência de colapsos e a frequência muito menor de sucessos no último quarto de século (1980-2005) é a diferença significativa entre o período da “dupla divergência” e a “idade de ouro”. O agrupamento de sucessos e colapsos implica que um ciclo de desenvolvimento global dominou as tendências de desenvolvimento. O ciclo de desenvolvimento global é parcialmente determinado pelo dos países do mundo industrial. Assim, o fim da ‘idade de ouro’ nos países industrializados também marcou o fim da ‘idade de ouro’ do desenvolvimento. No entanto, outros determinantes deste ciclo são mais específicos e têm a ver com o funcionamento dos mercados financeiros face aos países em desenvolvimento (e, mais particularmente, mercados emergentes) e à grande desaceleração estrutural dos termos de troca em termos de comércio. os anos 80 (OCAMPO & PARRA, 2006, p. 21).

Em compensação, ocorreu também a alta lucratividade do sistema financeiro internacional e a transferência de riquezas para o norte global, de modo que instituições privadas obtiveram cada vez mais poder de decisão sobre políticas públicas, como índices de emprego e valor do câmbio para que os estados periféricos sinalizassem capacidade de pagamento de juros da dívida, mesmo que sem interesse ou condições de quitá-las (OCAMPO & PARRA, 2006; BELLUZZO, 2007).

Plínio Arruda Sampaio Júnior afirma que diferente da conjuntura da guerra fria, que exigia a “*Aliança para o Progresso*” como forma de afastamento ideológico da periferia em relação aos projetos socialistas, a conjuntura neoliberal é de controle total das possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos:

Na lógica da ordem internacional emergente, o desenvolvimento nacional fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos. Cabem-lhes agora, basicamente, três funções na economia mundial: franquear o espaço econômico à penetração do capital internacional; coibir o êxodo de correntes migratórias que possam gerar instabilidades nos países centrais; e aliviar o estresse produzido pelas regiões altamente industrializadas no ecossistema mundial, aceitando o triste papel de pulmão e lixo da civilização ocidental (SAMPAIO Jr., 1999, p. 24).

O CASO BRASILEIRO

No caso brasileiro, Inicialmente com Fernando Collor, mas principalmente com o governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreram diversos retrocessos no mundo do trabalho, o valor do salário mínimo chegou no menor patamar desde sua criação (CAMARGO, 2014). Ao mesmo tempo, aumentaram as fusões e aquisições, foram abolidos os controles de capitais e a desnacionalização e reconversão das atividades econômicas acabaram por limitar parte da atividade econômica nacional para a mera montagem de componentes importados (SALLUM, 1999; FILGUEIRAS, 2003).

Fernando Henrique Cardoso teve sucesso em promover a queda dos índices de inflação, não obstante, para além da “concepção conservadora de estabilidade” ocorreu a paralisia do mercado interno, dos investimentos e o aumento da vulnerabilidade estrutural externa, dentre os motivos, por conta da excessiva entrada do capital estrangeiro, mas também pelo aumento radical do endividamento público, que fez, de acordo com Emir Sader (2007) o Brasil trocar a inflação pelo endividamento externo:

A dívida externa pública que era de 54 bilhões em 1994 – anos de entrada em vigor do Plano de estabilidade monetária de Cardoso – passou para 550 bilhões seis anos depois, aumentando 20% ao ano, embora 75% do orçamento fosse destinado à rolagem da dívida. Em outras palavras, substituiu-se a inflação pelo endividamento, que não financiou nenhum tipo de obra pública, ou elevação de qualidade dos serviços públicos ou sua extensão (SADER, 2007, p. 138).

A composição da dívida pública também mudou, constituída preponderantemente por títulos da dívida mobiliária federal, indexadas a SELIC e com prazos cada vez mais curtos, favorecendo a rolagem da dívida de fortalecendo o que posterior foi chamado de “sistema da dívida”, por movimentos que defendem a auditoria da dívida pública (MAZIERO, 2015).

Isto ocorre apesar do avanço profundo nas privatizações, que em muitos casos mudou a estrutura das empresas estatais passando as mesmas para o capital estrangeiro. De acordo com Diniz e Boschi (2004) a partir da década de 1990, das quarenta maiores empresas classificadas por origem do capital, o controle estrangeiro aumentou de 37,5%, para 45%. Das quatorze empresas estatais que haviam no fim da década de 1980, restaram apenas oito em 1999. Entre as dez maiores empresas de 1989 no Brasil, seis eram estatais, no fim da década de 90, somente três estavam na lista. (DINIZ & BOSCHI, 2004).

O caso brasileiro seguiu a tendência regional de aumento da informalidade, aumento (ou ao menos estagnação) dos níveis de pobreza e maior defasagem entre salários do trabalho qualificado e não qualificado, ao menos até 1997.

Com a ascensão de Fernando Collor de Mello a adesão incondicional aos princípios neoliberais não levou nem ao equilíbrio fiscal, nem ao desenvolvimento econômico, muito pelo contrário. Na gestão Collor, ocorreu a abertura econômica, um amplo programa de privatizações, o congelamento dos preços. Dentre as medidas do Plano Collor I, destaca-se também o confisco em que:

- a) 80% dos depósitos aplicados no overnight, em contas-correntes e contas de poupança que excedessem NCz\$ 20.000,00 foram congelados por 18 meses, sendo remunerados durante o bloqueio pela taxa de inflação mais juros de 6% ao ano: era o chamado “confisco” (PIRES, 2010, p. 265).

Inicialmente, o Plano trouxe a relativo equilíbrio nas contas públicas, reduzindo a dívida interna gerando um ligeiro superávit operacional (de 1,2% do PIB em 1990 de acordo com Pires, 2010). No entanto, os Planos Collor I e II foram incapazes de acabar com o problema da inflação, e o superávit primário passou a cair já em 1991. O desemprego aumentou mais de 8% entre 1990-1992 e a balança comercial passou a ser negativa por conta da abertura econômica, favorecendo as importações, e a contração das exportações diante da crise dos países industrializados. Constata-se, portanto, que a gestão Collor foi o presidente que iniciou o processo de integração do Brasil no lista de países que se renderam as premissas do Consenso de Washington.

Como desdobramento da crise da dívida externa, o país perdeu o controle sobre essas variáveis, e a definição da política econômica doméstica passou a depender da anuência dos credores internacionais. O coroamento desse processo foi a adesão incondicional

do governo brasileiro, após 1990, aos princípios neoliberais definidos pelo “consenso de Washington”. De lá para cá, os sucessivos governos tiveram bloqueadas importantes decisões econômicas, ficando à mercê das variações de humor de uma esotérica e onipotente entidade, o mercado (PIRES, 2010, p. 279).

Passados os anos de 1980, o Brasil continuaria com uma instabilidade econômica – marcada pela alta inflação – e também pela instabilidade política, que trouxe a queda do presidente Fernando Collor de Mello e a ascensão de Itamar Franco, sendo com ela, a projeção de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no cenário político, como Ministro da Fazenda que aplicou o Plano Real e por fim, encerrou o grande ciclo inflacionário.

O Plano Real é dividido em basicamente em quatro fases: (i) O corte das despesas do Estado para equilíbrio no orçamento, que é adquirido com cortes sociais e aumento de impostos; (ii) Implementação de um sistema onde operou duas moedas, durante três meses, o Cruzado e a Unidade Real de Valor (URV), onde todos os serviços e produtos teriam preço calculado nas duas moedas, os salários eram calculados a partir de uma média mensal de URV e os outros preços eram corrigidos diariamente com minidesvalorizações cambiais no cruzado. (iii) Extinção do Cruzeiro e transformação da URV em Real, praticamente extinguindo a inflação, levando-a a quase zero e por fim, (iv) A política de âncora cambial que perdurou quatro anos e meio. A partir da âncora cambial, a política econômica brasileira passa a utilizar da valorização cambial como mecanismo de combate a inflação, por outro lado, isto gerou sucessivos déficits na balança comercial, resultado do aumento significativo das importações, até o ponto em que se tornou inviável a manutenção do câmbio sobrevalorizado, já com um profundo déficit. (BRESSER-PEREIRA, 2014).

O uso e abuso dessa âncora nos anos seguintes, sempre em nome do Plano Real, teria consequências desastrosas para a economia brasileira. Enquanto o Banco Central mantinha a política de minidesvalorizações, a combinação perversa de juros altos e câmbio valorizado manteria a economia semi-estagnada, inviabilizando os investimentos, enquanto as dívidas internas e externas aumentavam explosivamente, impulsionadas pela taxa de juros. A flutuação do Real somente aconteceria mais tarde, em janeiro de 1999, em meio à crise de balança de pagamentos causada por essa sobreapreciação, que os responsáveis pela política econômica não tiveram coragem de corrigir na época em que ela apareceu (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 317).

Foi justamente a transformação do Brasil de um país hiperinflacionado para um país com inflação controlada, porém vulnerável e dependente da entrada de capitais que possibilitou a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições para Presidente da República duas vezes (1994 e 1998). Com FHC ocupando a cadeira da presidência,

não foi possível observar nenhum indício de desenvolvimento econômico. O saldo do período pode ser resumido em índices de crescimento no PIB muito reduzidos, aumento na desigualdade social, queda dos salários e aumento do endividamento público. FHC tem como “mérito”, também, ser o responsável por tornar hegemônica a política econômica neoliberal no Brasil. Em sua gestão ocorre a abolição dos controles de entrada e saída de capital no Brasil, avançaram as privatizações, a financeirização da economia e as vendas e fusões de empresas nacionais, tanto públicas quanto privadas. Em sincronia com isto, ocorre o processo de desnacionalização ou reconversão das atividades econômicas destas empresas para atividades que agregam menos valor, como montagem de componentes importados (SALLUM, 1999; FILGUEIRAS, 2003).

Outro ponto a se levantar é que, apesar de a crise ter afetado a maioria dos países latino-americanos, a estabilização monetária ocorrida nos anos 90 não foi um mérito exclusivamente do Brasil. No entanto, existiram especificidades negativas no caso brasileiro. Emir Sader (2007), destaca que o importante feito de Fernando Henrique Cardoso não foi incomum na América Latina da época, a diferença seria que no caso do Plano Real ocorreu um grande nível de endividamento do Estado e das famílias que sofreram com o desemprego, a informalidade e retração dos salários. Diferente de países como Chile, a Argentina e Peru, a concepção conservadora de estabilidade paralisou o desenvolvimento nacional e o mercado interno:

Seu governo conseguiu estabilidade monetária de forma similar ao que foi conseguido em países como Chile, Argentina, Peru, com a particularidade que foi aplicada a taxa de juros real mais alta do mundo para atrair capitais financeiros que dessem fundamento a essa estabilidade política e ideologicamente a operação foi um sucesso com a reeleição de Cardoso, derrotando a esquerda por duas vezes, no primeiro turno. Econômico e socialmente, no entanto, foi um desastre: depois de elevar o poder aquisitivo dos setores mais ricos, concentrando renda na cúpula em detrimento das camadas médias, os mais pobres também começaram a perder poder aquisitivo de forma direta e pela transferência da maior parte da população para a economia informal, perdendo renda e direitos (SADER, 2007, p. 137-138).

Existiu também no governo FHC, o que podemos considerar uma “concepção conservadora de estabilidade”, isto porque ao mesmo tempo em que se compreende enquanto “aceitável” o grande aumento do desemprego e precarização da qualidade de vida da classe trabalhadora, tem como principal preocupação o avanço da capacidade de honrar a dívida com seus credores, que dentro dessa política macroeconômica, em longo prazo, vem se mostrando também inviável, visto o enorme crescimento da dívida pública ocorrida na época, apesar da promessa de manter as finanças do Estado saudáveis. Segundo Sader:

O Estado, por sua vez, pressionado pelas taxas estratosféricas de juros e pelo ingresso de capitais especulativos, multiplicou seu endividamento por cinco, ao contrário do saneamento fiscal prometido pelos planos de ajuste, apesar da privatização de grande parte de um patrimônio público que havia sido um dos protagonistas fundamentais do acelerado crescimento das décadas anteriores. A dívida externa pública que era de 54 bilhões em 1994 – anos de entrada em vigor do Plano de estabilidade monetária de Cardoso – passou para 550 bilhões seis anos depois, aumentando 20% ao ano, embora 75% do orçamento fosse destinado à rolagem da dívida. Em outras palavras, substituiu-se a inflação pelo endividamento, que não financiou nenhum tipo de obra pública, ou elevação de qualidade dos serviços públicos ou sua extensão (SADER, 2007, p. 138).

Percebe-se, portanto, que o Brasil no período FHC passou a aumentar o endividamento através de uma política que prometia a estabilização e fechamento das contas externas, visto que a alta taxa de juros e o aumento das privatizações tinham como objetivo, também, atrair o capital externo. Os altos juros trariam capital especulativo para o país, por outro lado, aumentava o endividamento do Estado, e as privatizações colaboravam para a entrada de investimento externo direto, mas diminuiria a “margem de manobra” que o Estado tem para desenvolver a infra estrutura do país. A tentativa de resolver os problemas econômicos do Brasil, recolocando-o no eixo do crescimento, era totalmente dependente da conjuntura externa.

O grau de vulnerabilidade externa adquirido pelo Brasil, frente aos outros países em desenvolvimento começa a ter então, um grande aumento a partir de 1995, gerando déficits em transações correntes. Para Gonçalves (2002), tanto os indicadores de fluxo quanto de estoque demonstram que a partir da gestão Fernando Henrique o Brasil passa a agravar sua vulnerabilidade.

Erros de estratégia e de política econômica a partir de 1995 (governo FHC) aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, portanto, colocaram o país em uma trajetória de instabilidade e crise. Ao longo dos anos o país tem experimentado uma redução gradativa e significativa da sua capacidade de resistência diante de fatores desestabilizadores e choques externo e, portanto, o Brasil tem mostrado os sintomas e sofrido as consequências da sua crescente vulnerabilidade externa. Não é a globalização que explica a crise. De fato, a crise é determinada pela vulnerabilidade externa do país, que tem raízes na estratégia de inserção internacional e nos erros de política do governo (GONÇALVES, 2002, p. 161-162).

Um dos motivos para a vulnerabilidade externa é ainda a liberalização comercial que gerou um grande índice de desnacionalização das empresas, por via tanto das privatizações, quanto do aumento de fusão e aquisição de empresas brasileiras. Quanto às privatizações, devemos ressaltar a profundidade e velocidade na qual elas

aconteceram. Para termos uma ideia da diminuição da participação do Estado dentro do mercado Diniz e Boschi explicam:

Comparando-se a lista das quarenta maiores empresas classificadas pela origem do capital nos anos 1989 e 1999, observa-se que a parcela controlada pelo capital estrangeiro aumentou de 37,5% para 45%, enquanto a participação do Estado foi reduzida substancialmente [...]

Dessas empresas, no final da década de 80, quatorze eram estatais, das quais restavam apenas oito em 1999. Entre as dez maiores empresas, se em 1989 havia seis estatais, ao final da década de 90 apenas três figuravam na lista (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 69).

Isto é o que Paul Singer (1999) chamou de “aposta perdida”, pois era esperada uma grande entrada de capital estrangeiro que traria a reestruturação e modernização da indústria e reequilíbrio na balança comercial, porém não foi o que ocorreu. (SINGER, 1999). Não podemos separar a política da alta taxa de juros e a política de privatizações, isto porque se por um lado a política de juros aumentava a rapidez na qual a dívida crescia, por outro a política de privatizações vinha no sentido de gerar receita para desacelerar o crescimento da dívida pública.

Com a hegemonia do capital financeiro-fictício no “bloco no poder”⁴, o principal eixo rentista-patrimonial passou a ser a dívida pública interna, a evolução dessa dívida começa principalmente no plano Real, no contexto em que o Banco Central passa a vender títulos da dívida interna para comprar moeda estrangeira.

Para reter o endividamento dos Estados e Municípios houve, além disso, a renegociação das dívidas, substituindo-as por títulos do governo que exigiu a privatização dos Bancos Estaduais. O impacto negativo para o país chegou a 100 bilhões de reais. FHC também foi responsável pela “limpeza dos esqueletos” (passivos que nunca foram reconhecidos pela administração central), seu reconhecimento gerou um impacto de 63 bilhões de reais. Em compensação, o programa de privatizações gerou 59 bilhões de reais como receita para conter a expansão da dívida. (SICSÚ & VIDOTTO, 2007).

Apesar das políticas liberalizantes, a década de 90 foi um momento de instabilidade internacional. Sendo assim, para aumentar a credibilidade brasileira foram utilizados alguns mecanismos, como o de alargamento diferencial da taxa de juros, o de oferta de proteção cambial aos investimentos financeiros e a geração de diversos títulos indexados à variação da taxa de câmbio e indexados à taxa básica de juros (SELIC). Houve então um grande crescimento da dívida pública, que saiu de

⁴ Bloco no Poder é um conceito de Poulantzas (1978), utilizado para designar a unidade política complexa e contraditória da burguesia, que de acordo com o autor, é heterogênea e tem alguns interesses divergentes, seu conceito será aprofundado nos demais capítulos.

29,2% em 1994, para 42,6% do PIB em 1998 chegando a US\$ 624 bilhões em 2001. (SICSÚ & VIDOTTO, 2007; CARCANHOLO, 2010).

A dívida não só cresceu como também mudou profundamente sua composição, tornando-se predominantemente constituída por títulos públicos (dívida mobiliária federal), além de reaparecerem os encurtamentos de prazos dos títulos, com a rolagem ocorrendo em curtos períodos, qualquer alteração na taxa básica tinha reflexos imediatos nos juros pagos pelo governo. No fim da gestão FHC, 60,3% da dívida interna era indexada à SELIC, e a dívida total alcançou mais de 55% do PIB (SICSÚ, 2005).

Destarte, os mecanismos da dominação financeira não podem ser resumidos às pressões externas do Fundo Monetário Internacional, mas também, ao próprio sistema financeiro nacional, que teve seu relativo crescimento na época, pressionando o Estado para manutenção da macroeconomia neoliberal sob ameaça de fuga de capitais. Em outras palavras:

O Brasil passou assim, no espaço de poucas décadas, de uma economia agrária a outra industrial – ainda que periférica e dependente, mas com um potencial econômico inegável – para virar o século nos braços do capital especulativo, que alimenta e aprisiona a estabilidade monetária, como um grilhão que impede o seu crescimento (SADER, 2007, p. 138).

A vulnerabilidade econômica do Brasil não se limita somente à questão dívida/juros, outro problema está na outra perna do tripé macroeconômico: a questão cambial. Nota-se no Brasil, que apesar da leitura dos economistas do Consenso de Washington defender a política de câmbio “flutuante”, por algum motivo esta flutuação manteve o câmbio brasileiro quase sempre apreciado. Isto porque o Brasil sofreria de um problema chamado “tendência de sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio”, que é um dos reflexos do que podemos chamar de “doença holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”⁵.

Se a alta taxa de juros inibe a capacidade das empresas brasileiras de contrair dívidas, a apreciação da taxa de câmbio, em suas diversas formas – seja pela âncora cambial, seja pelo processo de aumento do estoque de moeda estrangeira ou outras formas de valorização cambial – não só é reflexo, como também aprofunda a doença holandesa.

⁵A doença holandesa é um conceito criado por Corden e Neary (1982) que tem este nome por conta do descobrimento de gás natural na Holanda nos anos 1960. Com ele, o florim se apreciou e a indústria moderna tornou-se menos competitiva, recebendo menos moeda local por dólar exportado, trazendo a desindustrialização. Bresser-Pereira (2014) conceitua a doença holandesa enquanto um fenômeno onde este desequilíbrio gerador de duas taxas de câmbio se dá por conta de “rendas ricardianas”, quanto maior a doença holandesa, maior é a diferença entre as duas taxas de câmbio, nominal e de equilíbrio corrente (LEÃO & VAZ, 2019).

Bresser-Pereira (2014) caracteriza a doença holandesa como um fenômeno onde um país com abundância de recursos naturais teria duas taxas de câmbio de equilíbrio, uma de equilíbrio nominal outra de equilíbrio industrial, ou seja, o setor produtor de *commodities* é economicamente viável a taxa de câmbio mais apreciada, diferente do setor industrial que necessita de uma taxa de câmbio menos apreciada para que seus produtos sejam mais competitivos a nível internacional. Com a financeirização da economia outro fator passa a influenciar a política cambial, pois a valorização da moeda garante – como já foi citado – aumento da liquidez dos capitais financeiros, privilegiando assim o sistema financeiro. (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Outro ponto preocupante na economia brasileira é, portanto, os reflexos do câmbio apreciado, dentre eles o aumento do endividamento, que geraria substituição da poupança interna pela externa, fragilidade financeira e crise no balanço de pagamentos:

[...] as entradas excessivas e desnecessárias de capital se encarregam de lavá-la para a área do déficit em conta-corrente e do endividamento externo. Por outro lado, podemos pensar que esse endividamento passa por três momentos. Em todo o processo, temos uma substituição da poupança interna pela externa, quando o país, já está bastante endividado temos a ‘fragilidade financeira externa’ (que, por muito tempo, os estruturalistas pensaram que era uma ‘condição estrutural’ do desenvolvimento), e, finalmente, temos nova crise de balanço de pagamentos.

O caráter cíclico da sobreapreciação cambial evidenciou-se com clareza no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Depois do Plano Real, a moeda apreciou-se fortemente devido a suas políticas – a de crescimento com poupança externa e a do uso da taxa de câmbio como âncora para segurar a inflação residual que o plano deixaria (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 159).

Como a doença holandesa não foi neutralizada, ao contrário, foi aprofundada por políticas formuladas pelo Estado, o resultado foram déficits em conta-corrente crescentes e o aumento da dívida externa, até o momento em que ela se descontrola, gerando a crise de 1999. Não se pode afirmar, todavia, que o motivo para a apreciação cambial seja somente a valorização do capital financeiro fictício, isto porque existem reflexos sociais na valorização cambial. Sempre que há a valorização cambial, os setores da classe alta, que medem sua riqueza em dólares, notam ela aumentar por conta da maior paridade com o dólar. A classe média, que é grande consumidora de produtos importados, tem um maior poder de compra; e os setores mais pobres tem a maioria dos produtos de sua cesta de consumo com seus valores diminuídos. Então, dentre os motivos da apreciação cambial, acrescenta-se o “populismo cambial” (BRESSER-PEREIRA, 2014).

A manutenção deste “populismo cambial”, a longo prazo, traz outro fenômeno negativo para a estrutura econômica brasileira, o processo de desindustrialização,

responsável por aprofundar a vulnerabilidade econômica e o baixo dinamismo da economia brasileira (SQUEFF, 2012).

[...] não é possível visualizar nenhuma tendência clara de estabilização no desempenho da indústria brasileira. Este pode ser melhor caracterizado pela instabilidade durante toda a década no período pós-reformas. A forte oscilação nos índices de desempenho revelada por alguns dos dados é indicativa de variações conjunturais a que a economia, em um contexto aberto, estaria submetida, possivelmente a partir da operação de mecanismos seletivos, na ausência das políticas industriais ou de um projeto de desenvolvimento (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 75-76).

Cabe destacar que, se nos restringirmos aos índices de produtividade da indústria não é possível observar o fenômeno da desindustrialização nos anos de 1990, pois mesmo não havendo uma política industrial, e um projeto claro de desenvolvimento, ocorreu o aumento da produtividade, mesmo que insignificante aumento para a indústria de transformação:

No que concerne à variação da produtividade do trabalho, [...] evidencia o baixo dinamismo da economia brasileira como um todo, haja vista o crescimento de apenas 0,8% a.a., entre 1995 e 2008. Na indústria de transformação, o resultado foi ainda pior, com uma variação anual média negativa em 0,2% a.a., neste período. Como os serviços se mantiveram praticamente estagnados, a produtividade do trabalho da economia como um todo foi fruto do excelente desempenho da agropecuária (5% a.a.) e da indústria extrativa (3,5% a.a.) (SQUEFF, 2012, p. 32-33).

Sem embargo, pode haver controvérsias se observarmos que a indústria mantém sua participação entre 1995 e 2012 graças ao crescimento da indústria extrativa mineral, ao aumento da produção interna de petróleo e ao aumento da construção civil, puxada pelo crédito imobiliário (CAMARGO, 2014). Ressaltemos também que houve um relativo crescimento da participação no valor total adicionado à indústria nas áreas de material de transporte e químicos, áreas estas que predominam o capital estrangeiro e não contribuem nas exportações (CARNEIRO, 2002).

A despeito da estagnação, ou pequena queda da indústria na participação do Produto Interno Bruto (PIB), diversos setores, alguns deles de grande valor adicionado passaram a sofrer uma série de regressões como o setor de material elétrico, equipamentos eletrônicos, calçados, vestuários e têxtil (DINIZ & BOSCHI, 2004). Para João Paulo de Almeida Magalhães (2010), o processo de desindustrialização a partir da ausência de políticas de desenvolvimento das forças produtivas por parte do Estado significa, basicamente, um retorno do Brasil ao desenvolvimento dos produtos no qual ele exerce vantagens comparativas (RICARDO, 1982):

A explicação do fato é simples, na inexistência de uma estratégia que orientasse a ação do governo no sentido de criar competitividade em setores de alto valor adicionado, mercados dinâmicos e tecnologia refinada, o mecanismo de preços, operando livremente, promoveu aqueles setores em que o país é naturalmente competitivo.

No caso brasileiro, estes são os de commodities, segmento em que os recursos naturais são de importância fundamental (MAGALHÃES, 2010, p. 22).

Outro fator relevante para caracterizarmos a desindustrialização foi o nível da participação da indústria como fonte de emprego. Os anos de 1990, neste caso, apresentam uma acentuada queda no nível de empregabilidade, de acordo com Ramos e Reis (1997):

Sem dúvida, o aspecto mais marcante do ajustamento observado no início da década de 90 está ligado ao nível do emprego no setor industrial. O esforço da indústria em resposta ao processo de abertura comercial envolveu a reestruturação organizacional e produtiva das empresas, passando pelo enxugamento dos quadros de pessoal. O resultado [...] foi uma sensível redução no nível de emprego no setor, uma queda de cerca de 25% do início de 1991 até o penúltimo trimestre de 1996, sendo que pouco menos da metade após o lançamento do Plano Real (RAMOS & REIS, 1997, p. 4).

Considerando estas contribuições, podemos dizer se iniciou na gestão FHC não só o aumento no índice de desemprego, como também começou a ocorrer uma queda da contribuição do ramo industrial na empregabilidade brasileira. Dentre os setores que mais sofreram estão principalmente o setor de fabricação de aparelhos de material elétrico, eletrônico e indústrias têxteis:

A decomposição do valor adicionado da indústria entre 1991 e 2003 mostra que houve uma maior concentração em um número menor de setores e, a partir do cruzamento deste indicador com a participação percentual do emprego, os autores afirmam que as indústrias têxteis, de fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico e de fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico sofreram um processo de desindustrialização, pois apresentaram queda relativa sob ambas as perspectivas (SQUEFF, 2012, p. 17).

A partir de todos estes fatores da política econômica dos anos 1990, podemos considerar que o conceito de desindustrialização não dá conta de explicar totalmente a conjuntura da época, pois a participação total da indústria no PIB mesmo permanecendo estagnada, não teve queda. Porém podemos destacar a possibilidade de ter havido na época uma “depuração seletiva”, termo usado por Eli Diniz e Renato Boschi (2004). Outro conceito utilizado para explicar a conjuntura industrial dos anos noventa seria o de “desindustrialização restritiva” ou “desindustrialização relativa” (FEIJÓ; CARVALHO; ALMEIDA, 2005). Um dos motivos seria a substituição da participação

da indústria com maior complexidade tecnológica, pelo aumento da indústria com menor complexidade:

[...] para a indústria como um todo o conteúdo de valor adicionado por unidade de produto, em média, caiu, passando de 47,1% em 1996 para 43,3% em 2003. Esse é um dado que indica que a indústria agrega menos valor, um sintoma de que houve de fato uma desindustrialização relativa entre os anos 1990 e a atualidade (FEIJÓ; CARVALHO; ALMEIDA, 2005, p. 5).

Independente do conceito utilizado o que ocorreu foi não só o ataque aos empregos, à balança comercial, como também um ataque ao potencial de ascensão econômica do Brasil, o que poderia tirá-lo da sua condição de país dependente, afundou-o em uma conjuntura de país periférico:

[...] a dependência não foi afrouxada ou superada quando Cardoso pôde ter as rédeas da economia brasileira nas mãos, com mais poderes do que qualquer outro presidente em regimes civis, durante mais de seis anos; ao contrário; se estendeu e aprofundou, ganhando novas dimensões. A dependência de capitais aumentou, a dependência tecnológica se aprofundou, a soberania política se enfraqueceu, os objetivos nacionais passaram a ser definidos por organismos internacionais e o caráter brasileiro sofreu duros golpes por parte de uma ideologia de consumo e padrões de comportamento importados, enquanto uma ideologia economicista, repetidora dos discursos dos organismos econômicos internacionais, tornou-se o discurso dominante (SADER, 2007, p. 141).

O governo FHC pode ser caracterizado, portanto, como um governo que embora tenha resolvido a questão inflacionária, deu início à desindustrialização, aprofundou o endividamento externo, precarizou as relações de trabalho, originou distorções cambiais, que podem ser caracterizadas como populismo cambial e enraizou o Brasil em sua condição de capitalismo dependente. Na interpretação de Reinaldo Gonçalves (2013) o governo FHC foi responsável por encerrar a transição que o Brasil vinha passando a partir de 1980, consolidando, por fim, o Modelo Liberal Periférico marcado pela dominância financeira, pela liberalização econômica e pela vulnerabilidade externa estrutural. Neste modelo, a liberalização financeira implica na já citada desregulação do mercado e fragilização dos mecanismos estatais de controle da economia.

A vulnerabilidade estrutural externa foi resultado de uma mudança no padrão de comércio, queda no dinamismo tecnológico e no volume de investimentos, que trouxe dentre tantos problemas, a desindustrialização, e a dominação financeira que na interpretação de Gonçalves (2013) “sequestrou” o Estado, que na época acabou executando diversas políticas para defesa e consolidação de um mercado financeiro, por outro lado, este mesmo Estado desprivilegiou e enfraqueceu outras frações da burguesia. Estas características de fato dialogam e se entrelaçam, em alguns momentos,

inclusive, são enfraquecidas por conta dos limites que elas impuseram ao Estado, como nos momentos de crise, assim, fica claro que elas só conseguem permanecer sólidas com o apoio e tutela de uma política macroeconômica específica: o tripé macroeconômico neoliberal.

Em relação ao papel de equilíbrio na taxa de inflação, não é possível negar que no Brasil, as políticas neoliberais se mostraram bem-sucedidas, não obstante, o endividamento externo foi profundo.

O Brasil não estaria sozinho neste sentido, Muniz Bandeira demonstra que apesar das diferenças que os países latino-americanos possam apresentar em relação a inserção internacional, modo de acumulação ou bloco de poder dominante politicamente, todos os países acabaram se defrontando com a crise, em moldes semelhantes ao brasileiro e argentino, por exemplo. Dentre outros casos, temos o caso paraguaio, peruano, uruguaio chileno, dentre outros (BANDEIRA, 2002). Em linhas gerais, na região foram praticamente destruídos os avanços provenientes de políticas sociais e de inovação que precederam o neoliberalismo, exceto no campo educacional, dependendo do país, que neste ponto, ampliou-se a defasagem dos níveis educacionais entre os setores mais ricos e pobres da sociedade, um caminho inverso ao dos países asiáticos (OCAMPO, 2002).

Ocampo (2002) afirma que este período foi marcado por diversas assimetrias na ordem global que geraram maior desigualdade de renda. As assimetrias teriam como origem três categorias, que seriam: (I) a vulnerabilidade macroeconômica dos países periféricos aos choques externos, que centraliza recursos destes países para administrar seus impactos, enquanto os países centrais detêm mais ferramentas estabilizadoras e melhores condições para adotar políticas anticíclicas. (II) a concentração do progresso técnico e lenta distribuição de inovações para os países periféricos, muitas vezes os limita à inserção de políticas para atrair empresas multinacionais que apresentam o *know-how* necessário em atividades mais dinâmicas, ou “maduras”. As políticas para lidar com essa inserção, geralmente estão pagamento de *royalties* e menor gasto com mão de obra pouco qualificada, em alguns casos, o direito de propriedade intelectual acaba por inviabilizar inclusive estas políticas, excluindo os países periféricos da produção de mercadorias com maior valor agregado, enquanto os países centrais formam rapidamente grandes empresas transnacionais. (III) por fim, a última assimetria é a disparidade que ocorre entre a mobilidade de capital e de mão de obra. Apesar da abertura comercial ter viabilizado cada vez mais intensamente a transição de capital, a de trabalhadores pouco qualificados não acompanhou a mesma tendência. Muito pelo contrário, o que ocorre é a maior atração de trabalhadores qualificados para o centro dinâmico da economia, inclusive os da periferia.

A “fuga de cérebros” beneficiou os países centrais tendo em vista as facilidades que os trabalhadores mais especializados têm de migrarem, enquanto os trabalhadores pouco qualificados sofrem os diversos impedimentos (OCAMPO, 2002). O caso brasileiro não fugiu a regra, de acordo com Bresser-Pereira (2014) perdemos praticamente 3 mil mestres de doutores a partir de políticas de intercâmbio para incentivo a pesquisa que inovação, profissionais que demoraram cerca de 25 anos para se formarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que muito distante de um “consenso”, a formulação do Consenso de Washington foi um programa que aglutinou diversas correntes do pensamento econômico e monetário que tinham um acordo mínimo acerca das formas possíveis de superação do endividamento e da hiperinflação. Este “tratamento de choque”, que tinham como origem grande influência do economista Williamson, acabou por apresentar diversas proposições que não teriam este economista como autor original. Além disto, se mostrou em alguns fragmentos genérico e em linhas gerais, foi totalmente favorável aos interesses norte-americanos, tanto do setor produtivo que pode se apropriar de diversas empresas da região, como do setor financeiro-fictício que pôde inserir amplos fluxos de capitais dentro dos “estáveis” mercados financeiros subdesenvolvidos.

Reflexo disto, as nações latino-americanas “jogaram a toalha”, perderam controle de boa parte de seus mecanismos de produção de políticas públicas e perderam completamente sua capacidade de desenvolvimento.

No caso brasileiro, o presidente Collor (1990-1992) foi o primeiro a aplicar políticas liberalizantes, porém, além de incapaz de resolver problemas como a inflação, também gerou desemprego e maior precarização do trabalho. Foi no governo Itamar Franco que a inflação passa a ser combatida, através do Plano Real, que impulsionou a imagem do Ministro da Fazenda que viria a se tornar o Presidente da República que consolidou o neoliberalismo no Brasil: Fernando Henrique Cardoso.

Em sua gestão foram aplicadas a maioria das propostas neoliberais, levando a uma crise social, diminuição recorde no salário mínimo, aumento vertiginoso das privatizações e concepção conservadora de “estabilidade fiscal”, englobando a geração de superávits fiscais primários, apreciação cambial e juros altos, que também levaram ao crescimento vertiginoso da dívida pública. Não obstante, parte das políticas sequer tem alinhamento com a obra de Williamson, como a liberação de contas de capitais.

Como consequência, observou-se a perda de capacidade produtiva dos setores de maior complexidade tecnológica no Brasil, menor acesso a inovações tecnológicas e

uma estabilidade macroeconômica incapaz de promover o crescimento, gerando lucros preponderantemente para os capitais financeiros e endividamento por parte do Estado, engessando seu orçamento. Assim sendo, como boa parte dos países latino-americanos, o Brasil apesar de tardiamente, se inseriu na gama de países que com o Consenso de Washington alcançaram a estagnação neoliberal.

REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza*, Cadernos do Desenvolvimento, Ano. 2, n.3 Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?*. Pesquisa e planejamento econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. *A construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. *O Colapso de uma Aliança de Classes: a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- CAMARGO, J. M. *Evolução Recente da Economia Brasileira e o Processo de Desindustrialização*. In: CORSI, F. L. ; CAMARGO, J. M. ; SANTOS, A.; VIEIRA, R.. (Org.). *Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*. ed. Cultura Acadêmica. pp.257-274, 2014. pp.237-256.
- CARCANHOLO M. D. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula* in Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010 Garamond, Rio de Janeiro, 2010.
- CARNEIRO. R. M. *Desenvolvimento e Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Ed. Unesp 2002.
- CHESNAIS F. *As dívidas ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*, Ed. Temas e Debates, Lisboa, 2012.
- CORDEN W. M.; NEARY J. P. *Booming Sector and De-industrialisation in a Small Open Economy*. The Economic Journal, Oxford, v.92, n.368, p.825-848, 1982.
- DE PALMA, J. G. *Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa*. In: Conferência De Industrialização, Desindustrialização E Desenvolvimento. São Paulo: FIESP; IEDI, ago. 2005.
- DINIZ. E.; BOSCHI R. *Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do desenvolvimento no Brasil*, Belho Horizonte :Editora UFMG Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial*. Discussão IEDI, 2005.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. Segunda edição São Paulo: Boitempo, 2003.
- FURTADO, C. *Em Busca De Novo Modelo: Reflexões Sobre a Crise Contemporânea*. 2ª Ed., Rio De Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, C. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro , Paz e Terra, 1981.

- GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às Avessas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. LTC Rio de Janeiro, 2013.
- GONÇALVES, R. *Vagão Descarrilhado: O Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Boitempo: São Paulo, 2010.
- HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2005.
- LEÃO, R. de A. R.; VAZ, V. R. C. *O novo desenvolvimentismo: limites e possibilidades frente ao debate atual*. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 27, jul/dez 2019, pp.167-194.
- MAGALHÃES J. P. R. *Estratégias e Modelos de Desenvolvimento - in Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010 - Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010 pp.19-34.*
- MAZIERO, Wilson. *A auditoria da dívida pública como ferramenta eficaz para a prestação dos serviços de saúde*. Disponível em: <<https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/01/MAZIERO-Wilson.-A-auditoria-da-d%C3%ADvida-p%C3%ABblica-como-ferramenta-eficaz-para-a-presta%C3%A7%C3%A3o-dos-servi%C3%A7os-de-sa%C3%BAde.-Bras%C3%ADlia-2015.pdf>> Acessado em: 20/03/2020.
- O CAMPO, José Antonio; PARRA, A. M. *Explaining the dual divergence: Success and collapses in the developing world since 1980. Economic Growth with Equity: Challenges for Latin America*, 2006.
- OLIVA, Carlos, *Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: del neopanamericanismo al sistema americano del siglo XXI*, in OLIVA Carlos & AYERBE Luis; Los Estados Unidos, América Latina y El Caribe: los outros senderos del ALCA, Cultura Acadêmica, 2006.
- PIRES M. C. *Os sucessivos e fracassados planos de combate à inflação: Cruzado, Bresser-Pereira, Arroz com Feijão, Verão e Collor* in: PIRES, M. C. *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*, São Paulo, Saraiva, 2010.
- POULANTZAS N. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Zahar, São Paulo, 1978.
- RAMOS L.; REIS J. G. A. *Emprego no Brasil nos Anos 90, Texto para discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1997.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SADER E. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SALLUM jr, B. *O Brasil Sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*. São Paulo: Tempo Social, 1999.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SICS, João. *Blindando a economia brasileira: existe alternativa aos programas do FMP? in SICSÚ, JOÃO; DE PAULA L. F E MICHEL R., orgs. Novo-Desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social Barueri: Manole, Rio de Janeiro: Fundação Konrad 2005.*
- SICSÚ J., VIDOTTO C. *Administração fiscal no Brasil e Taxa de juros in Arrecadação de onde vem? E gastos públicos para onde vai?* org. SICSÚ j. Boitempo: São Paulo, 2007.
- SINGER, P. *O Brasil na Crise: perigos e oportunidades*. Contexto: São Paulo, 1999.

SINGER, P. *A Crise do Milagre: Interpretação Crítica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SQUEFF, G. C. *Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro*. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília 2012.

WOLF, M. *A Reconstrução do Sistema Financeiro Global*. São Paulo: Elsevier, 2009.

Submetido em: 11/06/2020

Aprovado em: 29/06/2020